

JULHO 2022

RADAR SOCIOAMBIENTAL

ENTREVISTA COM
CÍNTYA FEITOSA



PLATAFORMA
SOCIOAMBIENTAL

Autoras: Maria Beatriz Peixoto Mello e Maria Clara Mendes
Coordenação: Maureen Santos e Beatriz Mattos

SOBRE A PLATAFORMA SOCIOAMBIENTAL

A Plataforma Socioambiental é um núcleo de pesquisa do BRICS Policy Center, *think tank* do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. É um espaço de aprendizagem, disseminação de informação e troca de conhecimento. Seus projetos são dedicados à promoção de pesquisa, de análises críticas e de debates e diálogos que reúnam diferentes setores sobre temas como as principais convenções internacionais sobre meio ambiente, a governança policêntrica do clima e os atores subnacionais, bem como sobre justiça ambiental e climática. Visando a construção e a disseminação de conhecimento, a equipe da Plataforma produz materiais como o podcast Meio Descomplicado, cujos episódios abordam temas socioambientais, de abrangência nacional e internacional, de forma simples e direta; os informes do Radar Socioambiental; assim como *policy briefings*, *fact sheets* e *papers* sobre assuntos aos quais se dedica.

RADAR SOCIOAMBIENTAL

O Radar Socioambiental é uma publicação da Plataforma Socioambiental cujo foco é discutir assuntos importantes para a temática socioambiental nos âmbitos doméstico e internacional. Em sua 46ª edição, o Radar Socioambiental apresenta trechos da entrevista realizada com Cíntya Feitosa, assessora de Relações Internacionais do Instituto Clima e Sociedade (iCS). Nesta entrevista, conversamos sobre a 56ª sessão dos órgãos subsidiários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que aconteceu em junho de 2022 em Bonn (sede da UNFCCC).

PRÉ-COP 27: O QUE ACONTECEU NA CONFERÊNCIA DE BONN?

UM RESUMO DAS NEGOCIAÇÕES NA 56ª SESSÃO DOS ÓRGÃOS SUBSIDIÁRIOS DA UNFCCC

Nesta nova edição, o Radar Socioambiental apresenta a transcrição da entrevista com Cíntya Feitosa para o Meio Descomplicado, o podcast da Plataforma Socioambiental do BRICS Policy Center. Cíntya Feitosa é assessora de Relações Internacionais do Instituto Clima e Sociedade (iCS) e esteve presente na 56ª sessão dos órgãos subsidiários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que aconteceu em junho na cidade sede da UNFCCC: Bonn, na Alemanha.

Também conhecida como conferência de Bonn ou apenas "as SBs", essa foi a 56ª reunião dos dois órgãos subsidiários da UNFCCC: o Órgão Subsidiário para Implementação (SBI, sigla em inglês) que, como o nome diz, auxilia na avaliação e revisão da implementação da própria convenção e dos seus acordos provenientes; e o Órgão Subsidiário para Recomendações Científicas e Tecnológicas (SBSTA, sigla em inglês), que é responsável por assistir a UNFCCC e os Estados partes da convenção em questões científicas e tecnológicas relacionadas às mudanças climáticas.

Na entrevista, Cíntya explicou como funcionam esses encontros em Bonn e porque essas reuniões são importantes para os rumos das negociações internacionais sobre a mudança do clima. Além disso, também conversamos sobre os principais assuntos discutidos na 56ª SBs e o que podemos esperar para a próxima Conferência das Partes da UNFCCC, a COP 27 que irá acontecer no Egito em novembro.



COMO FUNCIONAM AS REUNIÕES DOS ÓRGÃOS SUBSIDIÁRIOS DA UNFCCC?

Plataforma Socioambiental: Aconteceu em junho a 56ª conferência de Bonn, onde se reúnem os órgãos subsidiários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática. Como funcionam essas reuniões em Bonn? E por que esse momento é tão importante para os rumos da próxima Conferência das Partes, a COP 27, que será realizada em novembro deste ano no Egito?

Cíntya Feitosa: Geralmente a mídia e as pessoas que não acompanham tão de perto as negociações internacionais ficam sabendo somente das COPs, que são as Conferências das Partes [1] que ocorrem anualmente, onde são tomadas decisões a respeito da mudança do clima. Algumas das mais famosas foram de Copenhague [a COP 15] e também teve a de Paris [COP 21], que selou o acordo sobre clima de Paris, e a de Glasgow [COP 26] no ano passado também foi um estrondo midiático.

Mas entre essas conferências sempre ocorrem essas negociações intermediárias [as sessões dos órgãos subsidiários da UNFCCC], em que os negociadores das Partes da convenção se reúnem para definir os textos que vão ser negociados e deixam as decisões que precisam ser tomadas nas COPs já encaminhadas para discussão, para facilitar as decisões. É por isso que as SBs são tão importantes, são várias salas de negociação simultâneas sobre vários temas que estão na agenda de negociações [sobre mudanças climáticas]. As SBs ocorrem entre as COPs e também durante as COPs. Na verdade, dentro de uma COP, são várias reuniões dentro de uma só, então os SBs também se encontram durante essas conferências.

[1] As Conferências das Partes são reuniões entre os Estados partes da UNFCCC. Estados partes são as nações que são membros da convenção, que ratificaram o tratado internacional que deu origem à Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima.



O DEBATE SOBRE A CRIAÇÃO DO FUNDO INTERNACIONAL PARA PERDAS E DANOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Plataforma Socioambiental: Um dos assuntos que estão mais em voga agora nas discussões sobre clima é a questão das perdas e danos causados pelas mudanças climáticas. Existe uma forte demanda pelo financiamento das perdas e danos. Como isso foi tratado nessa 56ª sessão dos órgãos subsidiários? E por que há tanta divergência internacional sobre financiar perdas e danos das mudanças climáticas?

Cíntya Feitosa: Realmente, esse foi um dos grandes temas nas discussões lá em Bonn. Existia uma grande expectativa da comunidade internacional a respeito do encaminhamento para o que saiu da [decisão de Glasgow \[2\]](#), que é uma *facility* [\[3\]](#), isto é, como vão se organizar as questões de financiamento para Perdas e Danos no escopo do Acordo de Paris. Esse é um tema que entrou na discussão do acordo quando este foi firmado lá em 2015, mas desde então tem se discutido mais a implementação [do acordo]. Então, desde Paris, não tinha sido discutido um direcionamento claro sobre o que iria acontecer com o tema de Perdas e Danos. Lá em Glasgow, foi muito celebrado chegar em um acordo sobre um diálogo a respeito do financiamento de perdas e danos, porque é um tema muito relevante para países em desenvolvimento, em especial aqueles mais vulneráveis.

[\[2\]](#) O Pacto Climático de Glasgow é o pacote de decisões acordadas no final da COP 26. Dentre essas decisões, foi acordado o início de um diálogo para a construção de um mecanismo internacional de financiamento de perdas e danos. Mas como vai ser criado esse mecanismo, da onde vai vir o dinheiro... essas perguntas ainda estão em aberto.

[\[3\]](#) *Facility* é um jargão dos negociadores das COPs da UNFCCC, que corresponde a um mecanismo formal internacional para financiar perdas e danos das mudanças climáticas.



“ [...] Perdas e danos é uma questão muito delicada. [...] O que vai acontecer com países que já perderam ou estão perdendo os seus territórios devido aos impactos da mudança do clima e que não dá mais para se adaptar? Isso é uma questão que vai impactar em migrações, em perdas de comunidades, de valores culturais e também valores materiais ”

Cíntya Feitosa: (...) Pois perdas e danos não se encaixam na discussão sobre mitigação, que é a discussão sobre como reduzir emissões de gases de efeito estufa. Mitigação é o tema mais falado, que a gente vê mais notícias. E também o principal objetivo do Acordo de Paris está em mitigação: não deixar a temperatura do planeta ultrapassar os 2°C, com esforços para não ultrapassar 1.5°C em relação ao período pré-industrial. Tem a discussão de adaptação [4], que é sobre adaptação aos impactos da mudança do clima que já estão acontecendo, por exemplo, secas e tempestades.

E tem a discussão de perdas e danos: é uma questão muito delicada, porque são impactos da mudança do clima aos quais nem as medidas de adaptação são possíveis de implementar. Então, por exemplo, o que vai acontecer com países que já perderam ou estão perdendo os seus territórios devido aos impactos da mudança do clima e que não dá mais para se adaptar? Isso é uma questão que vai impactar em migrações, em perdas de comunidades, de valores culturais e também valores materiais – como casas, ruas, cidades, povos. Isso é uma questão muito séria para os países mais vulneráveis [5].

[4] Adaptação às mudanças climáticas se refere a uma "... série de respostas aos impactos atuais e potenciais da mudança do clima, com objetivo de minimizar possíveis danos" (WWF Brasil, 2010).

[5] Todos os países sofrem com os impactos adversos das mudanças do clima, porém, existem nações mais vulneráveis: podem ser pela sua condição geográfica, como países insulares que são ameaçados pelo aumento do nível do mar; ou pela sua condição socioeconômica, nações mais pobres possuem menos verba para gastos com mitigação, adaptação e resposta às perdas e danos advindos das mudanças climáticas.

Cíntya Feitosa: (...) A questão agora é chegar a uma decisão sobre como financiar as perdas e danos e qual vai ser o encaminhamento para isso. Tem uma discussão na Convenção sobre Mudança do Clima – não só no Acordo de Paris, mas desde que a Convenção foi adotada – que é o Princípio das Responsabilidades Comuns, Porém Diferenciadas (CBDR, sigla em inglês): a mudança do clima é uma questão que todas as partes da convenção, todos os países do mundo, têm que resolver, porque não é uma questão que só um país vai conseguir solucionar. Mas existem emissores históricos, países que se desenvolveram emitindo mais gases de efeito estufa, em especial por conta da energia e do uso de combustíveis fósseis. E os países que mais vão sofrer os impactos da mudança do clima são os menos desenvolvidos e que emitiram menos historicamente. Então, o CBDR entra em todas as discussões sobre a Convenção de Mudança do Clima, mas em perdas e danos e em adaptação isso é ainda mais latente.

E o que gera mais divergência e mais discussão é exatamente como vão ser reunidos esses recursos para financiar perdas e danos das mudanças climáticas e quem vai pagar, quem vai ser o financiador. Existe dentro do Acordo de Paris uma negociação sobre o financiamento de mitigação e adaptação à mudança do clima, agora tem também essa abertura ao diálogo sobre como vão financiar perdas e danos, porém nem o objetivo de financiamento estabelecido de **cem bilhões de dólares anualmente [6]** pelos países desenvolvidos tem sido alcançado. Como a gente vai começar a discutir financiamento de mais uma questão da mudança do clima se nem o que já foi acordado tem sido cumprido? Essa é a maior questão nesse momento não só para perdas e danos, mas também para adaptação.

[6] Em 2009, durante a COP 15 em Copenhague, países desenvolvidos se comprometeram com uma meta coletiva de mobilizar US\$ 100 bilhões por ano até 2020 para a ação climática nos países em desenvolvimento mais pobres, no contexto de ações de mitigação significativas e transparência na implementação. A meta foi formalizada na COP 16, em Cancún, e na COP 21, em Paris, foi reiterada e estendida até 2025. Entretanto, essa promessa está longe de ser cumprida (Nature, 2021; FINANCIAMENTO..., 2022).

Cíntya Feitosa: (...) E acho que foi uma surpresa grande para quem acompanhava as negociações, que estava esperando que a discussão de adaptação fosse ganhar mais espaço nesse ano, mas a questão de perdas e danos foi muito mais falada e foi o grande tema dessas negociações intermediárias. Então, o estado em que estamos é de discutir como vão ser encaminhados esses recursos para os países que mais precisam – de onde vem esse dinheiro? Qual é a diferença desse fundo para perdas e danos dos outros fundos climáticos e de outros mecanismos de doação e cooperação pelos países desenvolvidos? – e também operacionalizar a chamada Rede de Santiago para Perdas e Danos. Essa é uma rede de órgãos técnicos e entre as Partes [da UNFCCC] para compartilhar experiências e projetos que consigam trazer soluções para perdas e danos; e também solucionar o financiamento de projetos para implementação dos mecanismos de perdas e danos nos países menos desenvolvidos.

“ *Então, o estado em que estamos é de discutir como vão ser encaminhados esses recursos para os países que mais precisam – de onde vem esse dinheiro? Qual é a diferença desse fundo para perdas e danos dos outros fundos climáticos e de outros mecanismos de doação e cooperação pelos países desenvolvidos?* ”

Existia grande expectativa à respeito de adaptação [ser central nas discussões da 56ª sessão das SBs], inclusive porque estamos caminhando para uma COP no Egito, que fica na África – uma das regiões que mais vai sofrer com os impactos da mudança do clima, assim como outras áreas, outras regiões de países em desenvolvimento, inclusive América Latina e Caribe. Mas perdas e danos surpreendeu, teve um alinhamento entre os países em desenvolvimento a respeito da urgência de se discutir essa questão lá em Bonn. Então a gente pode esperar que lá para a COP 27 esse continue sendo um tema bastante relevante.

O QUE ESPERAR PARA A COP 27?

Plataforma Socioambiental: A partir da Conferência de Bonn, o que você acha que a gente pode esperar das discussões climáticas na COP 27 em novembro no Egito?

Cíntya Feitosa: Acho que uma coisa que a gente pode esperar (e tem que acompanhar de perto, inclusive porque estamos no Brasil) é esse alinhamento entre os países em desenvolvimento a respeito da cobrança em relação aos países desenvolvidos dos mecanismos de financiamento e o que são chamados os meios de implementação – que abarcam também os mecanismos de financiamento para mudança do clima, mas não somente, também tem toda uma discussão de cooperação técnica, de cooperação científica, de processos de capacitação para países em desenvolvimento para participarem das decisões acerca de implementação do acordo e também para cumprimento das suas metas nas suas contribuições nacionalmente determinadas (NDCs, sigla em inglês), que são as contribuições de cada país para reduzir as emissões e também para adaptação a mudança do clima.

Alguns desses temas que são mais caros aos países em desenvolvimento também estão bem latentes. É o caso de perdas e danos, que a gente discutiu antes, mas também de adaptação. E até mesmo a questão dos mecanismos sob o Artigo 6 do Acordo de Paris, que fala de cooperação por meio de mercados e também instrumentos que não necessariamente são mercados – por exemplo, capacitação e cooperação técnica entre países para troca de experiências entre projetos de mitigação –, esses vão ficar bem destacados na conferência no Egito.

“[...] Uma coisa que a gente pode esperar [...] é esse alinhamento entre os países em desenvolvimento a respeito da cobrança em relação aos países desenvolvidos dos mecanismos de financiamento”



“ A presidência egípcia da COP 27 tem ressaltado que essa vai ser a COP da implementação. Ainda precisamos de clareza sobre o que significa ”

Cíntya Feitosa: (...) A presidência egípcia da COP 27 tem ressaltado que essa vai ser a COP da implementação. Ainda precisamos de clareza sobre o que significa, porque desde Paris e agora com Glasgow (onde fechou o livro de regras para implementação do Acordo de Paris), espera-se que a Convenção aborde mais o tema de implementação, mas a presidência egípcia vai precisar de uma força política para que se chegue em consensos na próxima COP, porque tem realmente essa divisão que ficou agora mais nítida entre os países mais ricos e os países mais pobres, quem vai pagar a conta e como a gente vai implementar o acordo agora que essa década é crucial, é decisiva.

O relatório do IPCC aponta que a gente tem até 2030 para uma redução expressiva de emissões e que também a gente precisa avançar em medidas de adaptação e também nessas discussões sobre perdas e danos. Então o que a gente pode com certeza esperar para a COP do Egito é que as conversas não vão ser simples, vai ter realmente uma divisão muito grande entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos.

É preciso criar de novo a confiança entre as Partes da Convenção, para chegar em propostas que levem a consensos e que realmente nos levem à implementação do Acordo de Paris.

“ O que a gente pode com certeza esperar para a COP do Egito é que as conversas não vão ser simples, vai ter realmente uma divisão muito grande entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos ”



Cíntya Feitosa: (...) Não dá para achar que as discussões sobre implementação e sobre as metas [de combate às mudanças do clima] são uma responsabilidade só dos países desenvolvidos. Existem diversos países em desenvolvimento, um deles é o Brasil, com bastante capacidade de implementar suas metas. Então, a gente não pode deixar que essa divisão entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento leve a uma paralisia do sistema em reduzir emissões e tratar de questões de adaptação.

“ *Não dá para achar que as discussões sobre implementação e sobre as metas são uma responsabilidade só dos países desenvolvidos. Existem diversos países em desenvolvimento, um deles é o Brasil, com bastante capacidade de implementar suas metas. Então, a gente não pode deixar que essa divisão entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento leve a uma paralisia do sistema em reduzir emissões e tratar de questões de adaptação* ”

Eu acredito que a sociedade civil também vai ter um papel super relevante de estimular a discussão política dentro de seus países e também de acompanhar as negociações de forma a chegar em propostas que nos levem para frente e que não parem numa discussão sobre quem vai pagar a conta. É uma questão muito importante o mecanismo de financiamento, mas a gente também precisa olhar para todo o resto do Acordo de Paris, inclusive adaptação, porque a gente tem visto que os eventos extremos chegaram para ficar e a gente precisa avançar também em ter métricas comuns, em ter planos para isso e de capacitar a sociedade civil e os níveis locais para implementação do acordo.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FINANCIAMENTO climático segue abaixo dos US\$100 bilhões anuais. **ClimaInfo**, 1 ago. 2022. Disponível em: <<https://climainfo.org.br/2022/07/31/financiamento-climatico-segue-abaixo-dos-us-100-bilhoes-anuais/>>. Acesso em: 1 ago. 2022.

OCDE. **Climate Finance and the USD 100 Billion Goal**, 2022. Disponível em: <<https://www.oecd.org/climate-change/finance-usd-100-billion-goal/>>. Acesso em: 1 ago. 2022.

TIMPERLEY, Jocelyn. The broken \$100-billion promise of climate finance – and how to fix it. **Nature**, Londres, 20 out. 2021. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/d41586-021-02846-3>>. Acesso em: 1 ago. 2022.

WWF Brasil. Adaptação às mudanças climáticas. *In*: **Website da WWF Brasil**, 2010. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/dia_do_meio_ambiente/mudancas_climaticas_adaptacao/>. Acesso em: 1 ago. 2022

PODCAST



O 46º Radar Socioambiental apresenta trechos da entrevista realizada com Cíntya Feitosa para o Episódio 14 do Meio Descomplicado, o podcast da Plataforma Socioambiental.

Clique na imagem para escutar esse e outros episódios do Meio Descomplicado na sua plataforma de streaming preferida!

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer à Cíntya Feitosa por aceitar o nosso convite para a entrevista, por ceder o seu tempo e seus saberes conosco.

Gostaríamos de agradecer também à Fundação Heinrich Böll Brasil pelo apoio concedido para a realização do Podcast e das publicações.

Por fim, demonstramos nosso agradecimento ao Thiago Corrêa, da Estopim Podcasts, pela assistência prestada ao Meio Descomplicado, o Podcast da Plataforma Socioambiental.



BRICS
Policy Center
Centro de Estudos
e Pesquisas BRICS

